



Ministério da Educação
Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Sul-rio-grandense

INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 01/2017, DE 31 DE MAIO DE 2017

O Reitor do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Sul-rio-grandense, no uso de suas atribuições legais e regimentais, considerando o Termo de Ajustamento de (TAC) firmado com o Ministério Público Federal em 17/05/2017, resolve:

Instituir o Cadastro Permanente de Remoção e as diretrizes para o processo de remoções a pedido, de acordo com o inciso II do artigo 36, da Lei nº 8.112/90, dos servidores do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Sul-rio-grandense - IFSul.

CAPÍTULO I DAS DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

Art. 1º Fica instituído o Cadastro Permanente de Remoção de servidores ocupantes de cargo efetivo, pertencentes ao quadro do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Sul-rio-grandense - IFSul, com interesse em remoção a pedido para outra unidade organizacional desta instituição, em conformidade com o inciso II do artigo 36, da Lei nº 8.112/90.

CAPÍTULO II DO CADASTRO PERMANENTE DE REMOÇÃO

Art. 2º O processo para inclusão no Cadastro Permanente de Remoção será realizado observando-se as seguintes etapas:

I - inscrição no setor de gestão de pessoas da unidade organizacional de lotação do servidor, através do preenchimento do formulário específico constante no Anexo I e abertura de processo no Sistema Unificado de Administração Pública - SUAP;

4

II – verificação do atendimento do requisito de inscrição previsto nesta Instrução Normativa;

III – publicação da lista ordenada do Cadastro Permanente de Remoção.

Art. 3º É requisito para inscrição no Cadastro Permanente de Remoção ser servidor efetivo no IFSul.

Art. 4º Os servidores interessados em remoção poderão se cadastrar para apenas 01 (**uma**) unidade organizacional do IFSul.

Art. 5º A partir do recebimento do Formulário de Inscrição (Anexo I), o setor de gestão de pessoas da unidade organizacional abrirá um processo no SUAP, encaminhando-o, também fisicamente, para a Diretoria Executiva da Reitoria.

Art. 6º A ordenação no cadastro por unidade organizacional observará a ordem seguinte:

I – maior tempo de efetivo exercício no IFSul;

II – maior idade.

Art. 7º A avaliação do atendimento aos requisitos e a ordenação dos inscritos será feita pela Comissão de Remoção, a ser composta por, pelo menos:

I – 2 (dois) membros da Pró-reitoria de Gestão de Pessoas;

II – 1 (um) membro da Diretoria Executiva da Reitoria.

Art. 8º A listagem dos candidatos será publicada e/ou atualizada no site institucional do IFSul até o 5º (quinto) dia útil de cada mês com as inscrições realizadas (processo aberto no SUAP) até o dia 15 (quinze) do mês anterior.

Art. 9º Será permitida ao candidato a alteração de sua opção de interesse a cada 90 (noventa) dias, a contar de sua inserção ou última alteração no Cadastro Permanente de Remoção.

Art. 10 A inscrição no Cadastro Permanente de Remoção não garante ao servidor sua remoção, assim como não estabelece prazo para atendimento da mesma, objetivando apenas identificar os servidores interessados em alterar sua unidade de lotação.

f

CAPÍTULO III

DO PROCEDIMENTO DA REMOÇÃO

Art. 11 Havendo demanda em uma unidade organizacional e disponibilidade de vaga, incluindo-se as decorrentes de lei, vacância, exoneração ou redistribuição, o dirigente máximo da unidade deverá encaminhar à Diretoria Executiva da Reitoria a solicitação de preenchimento de vaga por remoção, através do preenchimento do Formulário de Demanda de Pessoal (Anexo II).

Art. 12 Serão publicadas, até o 5º (quinto) dia útil de cada mês, as vagas disponíveis para remoção, conforme as solicitações de preenchimento de vagas.

Art. 13 São requisitos para a remoção:

I - estar em efetivo exercício no IFSul;

II - não estar usufruindo de quaisquer das licenças ou afastamentos elencados a seguir:

- a) licença por motivo de afastamento do cônjuge;
- b) licença para atividade política;
- c) licença para tratar de interesses particulares;
- d) licença para desempenho de mandato classista;
- e) licença capacitação;
- f) afastamento para servir a outro órgão ou entidade;
- g) afastamento para exercício de mandato eletivo;
- h) afastamento para estudo ou missão no exterior;

III - não ter sido redistribuído para o IFSul nos últimos 24 meses.

Art. 14 O servidor contemplado para a remoção será contatado através de e-mail fornecido no formulário de inscrição e deverá preencher a Declaração de Aceite (Anexo IV) ou a Declaração de Declínio da Remoção (Anexo V), enviar para o e-mail der@ifsul.edu.br e entregar no setor de gestão de pessoas da unidade organizacional, que providenciará o envio do documento físico à Diretoria Executiva da Reitoria.

§ 1º O servidor terá 03 (três) dias úteis para entrega da declaração referida no *caput*, a contar do contato pela Diretoria Executiva da Reitoria.

§ 2º O servidor contemplado, independentemente de aceite, desistência formalizada ou omissão de manifestação, será automaticamente excluído do Cadastro Permanente de Remoção.

§ 3º Após a exclusão, o servidor poderá solicitar nova inscrição no Cadastro Permanente de Remoção somente depois de transcorrido o prazo de 90 (noventa) dias, a contar da exclusão anterior.

Art. 15 Caso não haja candidatos inscritos para uma determinada unidade organizacional, poderão ser convidados os candidatos inscritos para outra unidade, obedecendo-se ao critério de maior proximidade geográfica e à ordenação constante no artigo 6º.

Parágrafo único Entende-se como unidade mais próxima aquela com menor distância em quilômetros, de acordo com a tabela do Anexo III.

Art. 16 O candidato que for convidado para ser removido para uma unidade organizacional diferente para a qual se inscreveu e recusar a oferta, permanecerá na lista de interesse na unidade organizacional em que se encontra inscrito.

Parágrafo único Após o convite, o candidato terá até 03 (três) dias úteis para manifestar-se, perdendo o direito à preferência caso não o faça, procedendo-se, neste caso, ao chamamento do próximo candidato inscrito.

Art. 17 Existindo possibilidade de permuta entre candidatos de mesmo cargo/área, obedecendo-se a ordem estabelecida no Cadastro Permanente de Remoção, ambos serão considerados contemplados para remoção.

Art. 18 Para efeito de remoção será considerado o cargo/área do concurso em que houve a aprovação para ingresso na Instituição.

Parágrafo único Caso exista o interesse institucional em realizar a remoção de técnicos administrativos de cargos diferentes ou de docentes de áreas diferentes, respeitando a ordenação constante no artigo 6º, as autoridades máximas das unidades deverão formalizar a solicitação com justificativa e encaminhar à Diretoria Executiva da Reitoria.

Art. 19 A remoção dar-se-á por meio de portaria, a ser publicada no site do IFSul, disponível no endereço eletrônico www.ifsul.edu.br/portarias.

Art. 20 O servidor somente estará autorizado a deslocar-se para a nova sede a partir da data de publicação da portaria de remoção.

Parágrafo único A publicação da portaria indicando a data da remoção dependerá do preenchimento da vaga de contrapartida.

Art. 21 Efetivado o ato de remoção, caberá ao servidor:

I - cumprir a jornada de trabalho estabelecida na unidade organizacional para a qual foi removido, não havendo garantia de manutenção da carga horária e/ou turno de trabalho idêntico ao qual estava vinculado na sua unidade de origem;

II - entrar em efetivo exercício na nova unidade de lotação no prazo de 10 (dez) dias, contados da data da publicação da portaria de remoção, incluído nesse prazo o tempo necessário para o deslocamento à nova unidade, se houver necessidade de mudança de cidade.

Art. 22 Os deslocamentos decorrentes do ato de remoção serão considerados como remoções a pedido do servidor e todas as despesas de mudança de sede ocorrerão exclusivamente às expensas do servidor removido, não cabendo ao IFSul o pagamento de qualquer indenização a título de ajuda de custo e/ou transporte de mobiliário e de bagagem.

CAPÍTULO IV DAS COMPETÊNCIAS

Art. 23 Compete à autoridade máxima do câmpus, pró-reitoria ou diretoria sistêmica solicitar, nos termos desta Instrução Normativa, o cargo/área do servidor a ser removido, por meio do preenchimento do Anexo II.

Art. 24 Compete à Diretoria Executiva da Reitoria:

I - receber as solicitações de remoção das unidades organizacionais;

II - analisar e emitir parecer referente à demanda de pessoal da unidade requisitante;

III - publicar e atualizar mensalmente a lista ordenada do Cadastro Permanente de Remoção e a lista das vagas disponíveis;

IV - consultar os servidores quanto ao interesse na remoção, conforme lista ordenada do Cadastro Permanente de Remoção;

V - solicitar a publicação das portarias de remoção.

Art. 25 Compete ao setor de gestão de pessoas da unidade organizacional:

I - receber as inscrições dos servidores;

II - abrir os processos no SUAP, respeitando os prazos determinados por esta Instrução Normativa;

III - encaminhar à Diretoria Executiva da Reitoria os formulários pertinentes ao processo, devidamente preenchidos.

Art. 26 Compete à Pró-reitoria de Gestão de Pessoas:

I - fornecer informações quanto aos requisitos para inscrição no Cadastro Permanente de Remoção e para a efetivação da remoção;

II - efetivar a remoção do servidor no sistema SIAPE.

Art. 27 Compete à Comissão de Remoção:

I – avaliar se as inscrições recebidas atendem aos requisitos e preceitos desta Instrução Normativa;

II – ordenar os servidores inscritos de acordo com os critérios estabelecidos por esta Instrução Normativa;

III – encaminhar à Diretoria Executiva da Reitoria, mensalmente, lista ordenada e atualizada do Cadastro Permanente de Remoção.

CAPÍTULO V

DAS DISPOSIÇÕES TRANSITÓRIAS

Art. 28 A primeira lista de inscritos no Cadastro Permanente de Remoção será publicada em até 30 (trinta) dias a partir do encerramento das inscrições.

Art. 29 A partir da publicação da primeira lista de inscritos no Cadastro Permanente de Remoção, serão feitas atualizações periódicas de acordo com o disposto no artigo 8º desta Instrução Normativa.

CAPÍTULO VI

DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 30 Antes de ser consultado sobre o interesse na remoção, será verificada a situação do servidor com relação ao cumprimento dos requisitos constantes no artigo 13.

§ 1º Caso o servidor esteja em licença ou em afastamento elencado no artigo 13, II, será facultada a possibilidade de remoção condicionada ao cancelamento da referida licença ou afastamento no prazo máximo de 5 (cinco) dias úteis.

§ 2º O servidor que não cumprir as condições para a remoção será excluído da lista e, na existência de mais servidores cadastrados, será realizado o mesmo procedimento para o próximo classificado, conforme ordenação constante no artigo 6º.

Art. 31 A remoção de servidor em decorrência do Cadastro Permanente de Remoção não enseja o direito de cônjuge ou companheiro(a) ser removido(a) com amparo no parágrafo único, inciso III, alínea “a” do artigo 36 da Lei nº 8.112/1990.

Art. 32 Para fins de preenchimento das vagas que vierem a surgir no âmbito do IFSul, a remoção terá prioridade frente aos processos de redistribuição, aproveitamento ou abertura de concurso público e nomeação (exceto as nomeações de concursos já realizados ou em andamento e dos realizados por câmpus/cidade/região).

Art. 33 As vagas remanescentes serão preenchidas por concurso público ou aproveitamento de concurso ou redistribuição. A definição pela opção deverá ser devidamente justificada e, no caso de redistribuição, será realizada por edital de chamada pública.

Art. 34 Os casos omissos serão resolvidos pela Comissão de Remoção, juntamente com a Pró-reitoria de Gestão de Pessoas e a Diretoria Executiva da Reitoria.

Art. 35 Esta Instrução Normativa entra em vigor na data de sua publicação.



Ricardo Pereira Costa
Pró-reitor de Ensino
Reitor em exercício do IFSul

ANEXO I

FORMULÁRIO DE INSCRIÇÃO NO CADASTRO PERMANENTE DE REMOÇÃO	
Nome do(a) servidor(a):	
Dados para contato (endereço, e-mail e telefones):	
Matrícula SIAPE:	Data de ingresso na instituição:
Cargo:	
Área de concurso:	
Formação (graduação):	
Lotação atual (câmpus ou reitoria):	
Unidade de interesse (câmpus ou reitoria):	
<p>Declaro que estou ciente de todo o teor do regulamento do Cadastro Permanente de Remoção instituído pela Instrução Normativa nº 01/2017, de 31 de maio de 2017, bem como os direitos e obrigações dos interessados em remoção.</p> <p>Declaro ainda, que aceito os termos constantes nas diretrizes para remoção dos servidores do IFSul.</p> <p style="text-align: center;">_____ Assinatura do Servidor</p>	

ANEXO II

FORMULÁRIO DE DEMANDA DE PESSOAL	
Câmpus requisitante:	Data:
Cargo/Área:	
JUSTIFICATIVA	
TITULAÇÃO EXIGIDA (conforme exigida no concurso público)	
Assinatura e carimbo da autoridade superior	
PARECER DA DIRETORIA EXECUTIVA DA REITORIA	
Assinatura e carimbo do responsável	
DEFERIDO: () SIM () NÃO	

2

ANEXO III

TABELA DAS DISTÂNCIAS ENTRE OS CÂMPUS DO IFSul
(em quilômetros)

	REITORIA	PELOTAS	PELOTAS - VISCONDE DA GRAÇA	SAPUCAIA DO SUL	CHARQUEADAS	PASSO FUNDO	CAMAQUÃ	BAGÉ	VENÂNCIO AIRES	SANTANA DO LIVRAMENTO	SAPIRANGA	GRAVATAÍ	LAJEADO	JAGUARÃO	NOVO HAMBURGO
REI	0	3,3	6,4	277	276	505	131	189	320	345	306	280	350	142	288
PEL	3,3	0	8,7	279	278	503	132	185	318	340	307	282	348	138	291
CaVG	6,4	8,7	0	275	274	508	127	193	323	349	306	279	353	146	286
SAPU	277	279	275	0	78	267	148	396	115	512	32,3	30	108	407	13,6
CHA	276	278	274	78	0	275	147	337	79,5	454	110	82,7	91,7	406	90,6
PF	505	503	508	267	275	0	412	522	219	530	279	287	185	632	259
CAM	131	132	127	148	147	412	0	307	243	463	180	153	236	260	161
BAG	189	185	193	396	337	522	307	0	343	167	428	400	373	260	408
VEN	320	318	323	115	79,5	219	243	343	0	412	132	132	34,1	447	112
SAN	345	340	349	512	454	530	463	167	412	0	545	517	442	415	525
SAPI	306	307	306	32,3	110	279	180	428	132	545	0	44	124	436	15,9
GRA	280	282	279	30	82,7	287	153	400	132	517	44	0	126	410	34,1
LAJ	350	348	353	108	91,7	185	236	373	34,1	442	124	126	0	477	107
JAG	142	138	146	407	406	632	260	260	447	415	436	410	477	0	419
NH	288	291	286	13,6	90,6	259	161	408	112	525	15,9	34,1	107	419	0

Fonte: Google Maps

ANEXO IV

DECLARAÇÃO DE ACEITE	
Nome do(a) servidor(a)	Matrícula SIAPE
Cargo	
Unidade de lotação	
<p>Em atendimento ao Cadastro Permanente de Remoção, declaro que quero ser removido para a unidade _____ e estou ciente que este ato não é passível de desistência.</p> <p>Declaro também que estou ciente que todas as despesas relativas à remoção são de minha responsabilidade.</p> <p>_____</p> <p>Assinatura</p>	

ANEXO V

DECLARAÇÃO DE DECLÍNIO DA REMOÇÃO	
Nome do(a) servidor(a)	Matrícula SIAPE
Cargo	
Unidade de lotação	
<p>Declaro que NÃO TENHO INTERESSE na remoção para a unidade</p> <p>_____.</p> <p>Declaro que estou ciente do fato de que a recusa de oferta para a unidade em que realizei minha inscrição, irá resultar em minha exclusão do Cadastro Permanente de Remoção, e que terei a possibilidade de recadastramento somente após o prazo de 90 dias, conforme citado nas diretrizes para remoção dos servidores do IFSul.</p> <p>_____</p> <p>Assinatura</p>	